BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

CNPJ: 07.322.382/0001-19 • NIRE: 43300047130

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas; A BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., cumprindo com as disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, suas Notas Explicativas, o respectivo Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal. Em 2014 a BSBIOS enfrentou e logrou superar seu maior desafio, qual seja entregar seus produtos em quantidades próximas aos níveis de plena capacidade e com qualidade, em meio à quebra da safra de soja na Região Sul. Esta experiência compõe motivação extra para que a Administração deseje ao término deste exercício registrar seus agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, instituições financeiras e órgãos governamentais envolvidos com as atividades da companhia e aos Conselhos de Administração e Fiscal, pela confiança depositada. Colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Passo Fundo – RS, 28 de março de 2015. A DIRETORIA

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	55.696	80.993	60.510	105.745
Contas a receber de clientes	8	124.338	135.251	135.133	139.305
Estoques	9	96.500	96.643	104.811	154.477
Impostos a recuperar	10	58.367	49.061	73.771	67.294
Adiantamento a fornecedores	11	44.715	34.103	66.172	34.275
Instrumentos financeiros derivativos	6	22.636	37.708	30.185	37.708
Outras contas a receber		1.863	3.575	1.879	3.089
		404.115	437.334	472.461	541.893
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	10	81.715	91.721	115.791	112.700
Partes relacionadas	12	-	1.161	-	1.161
Outros adiantamentos	13	20.803	18.027	20.803	18.027
Outras contas a receber		411	205	411	205
		102.929	111.114	137.005	132.093
Investimentos	14	63.152	61.386		
Imobilizado	15	302.924	316.240	303.248	316.515
Intangível	16	50.461	51.779	50.948	52.265
		416.537	429.405	354.196	368.780
		519.466	540.519	491.201	500.873
Total do ativo		923.581	977.853	963.662	1.042.766

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Circulante					
Fornecedores	18(a)	129.404	66.440	147.264	79.556
Empréstimos e financiamentos	17	543.622	474.009	544.607	520.739
Obrigações trabalhistas		5.136	5.603	5.219	5.771
Impostos e contribuições a recolher		2.007	522	2.034	1.141
Adiantamentos de clientes		1.034	4.091	1.186	4.094
Provisões para contingências	19	657	217	657	217
Contas a pagar pela aquis. de control.	18(b)	15.292	17.088	15.292	17.088
Outras obrigações (Nota 21)		16.735	12.422	17.709	16.699
		713.887	580.392	733.968	645.305
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	17	49.318	149.525	69.318	149.525
Contas a pagar pela aquis. de control.	18(b)	8.393	24.564	8.393	24.564
Impostos diferidos	22	20.029	25.829	20.029	25.829
		77.740	199.918	97.740	199.918
Total do passivo		791.627	780.310	831.708	845.223
Patrimônio líquido	23				
Capital social		158.516	145.117	158.516	145.117
Reservas de capital		22.614	38.325	22.614	38.325
Reservas de lucros		13.561	29.621	13.561	29.621
Ajustes de avaliação patrimonial		14.414	16.412	14.414	16.412
Prejuízos acumulados		(77.151)	(31.932)	(77.151)	(31.932)
Total do patrimônio líquido		131.954	197.543	131.954	197.543
Total do passivo e patrimônio líquido		923.581	977.853	963.662	1.042.766

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receita operacional líquida	24	1.625.738	966.149	1.767.028	1.449.266
Custo dos prod. e serviços vendidos	26	(1.602.751)	(902.376)	(1.724.070)	(1.362.640)
Lucro bruto		22.987	63.773	42.958	86.626
Despesas com vendas	26	(48.747)	(35.627)	(57.350)	(62.977)
Despesas gerais e administ.	26	(36.022)	(35.612)	(38.051)	(47.879)
Subvenções governamentais	25	44.263	13.399	44.263	37.963
Resultado de equival. patrimonial	14	1.266	3.092		
Outras receitas operacionais	26	19.599	18.499	25.083	23.396
Lucro operacional		3.346	27.524	16.903	37.129
Despesas financeiras	27	(144.288)	(103.113)	(158.832)	(114.160)
Receitas financeiras	27	70.200	57.593	72.150	62.138
		(74.088)	(45.520)	(86.682)	(52.022)
Prejuízo antes do I.R. e C.S.		(70.742)	(17.996)	(69.779)	(14.893)
I.R. e C.S. corrente				(963)	(4.280)
I.R. e C.S. diferido (Nota 20)		5.153	(1.441)	5.153	(264)
Prejuízo líquido do exercício		(65.589)	(19.437)	(65.589)	(19.437)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de Reais

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Fluxos de caixa das atividades operac.				
Prejuízo líquido antes do I.R. e da C.S.	(70.742)	(17.996)	(69.779)	(14.893)
Ajustes para reconciliar o prej. ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	18.832	9.426	18.871	13.600
Perda (ganho) na venda de ativo imobiliz.	(163)	149	(163)	598
Resultado de equivalência patrimonial	(1.266)	(3.092)		
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	15.072	(14.069)	7.523	(14.069)
Impairment de ágio	2.670		2.670	
Despesa de juros e variações monetárias	61.721	31.283	65.184	36.188
	26.124	5.701	24.306	21.424
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) no contas a receber	10.913	(26.267)	4.172	(21.000)
Redução (aumento) nos estoques	143	(17.479)	49.666	(51.658)
Redução (aumento) de tributos a recuperar	700	(36.349)	(6.026)	(72.905)
Redução (aumento) de outros ativos	(11.875)	16.391	(33.662)	3.727
(Redução) aumento de fornecedores		28.407		80.061
(Redução) aumento de impostos a pagar		(1.676)		(2.235)
(Redução) aumento de outros passivos		6.607		24.396
Caixa gerado nas operações	**26.005**	**(24.665)**	**38.456**	**(18.190)**
Juros sobre emprést. e financ. pagos	(59.065)	(84.611)	(63.273)	(43.486)
I.R. e contribuição social pagos			(4.505)	(4.280)
Caixa líq. (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**33.060**	**(109.276)**	**29.322**	**(65.956)**
Fluxos de caixa das atividades de invest.				
Partes relacionadas	1.154	68.663	1.154	(148)
Aquisição de investimento em controlada		(88.950)		
Aumento de capital em controlada		(500)	(87.323)	
Dividendos recebidos		16.644		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(7.256)	(13.131)	(7.351)	(102.516)
Valor recebido na venda de imobilizado	551	(83)	557	(236)
Caixa recebido na incorporação		20.133		
Caixa líq. aplicado nas ativid. de invest.	**(6.051)**	**(84.047)**	**(5.640)**	**(102.900)**
Fluxos de caixa das atividades de financ.				
Amortização de empréstimos	(565.706)	(280.064)	(590.706)	(391.341)
Ingressos de empréstimos	532.456	479.189	532.456	542.941
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(33.250)**	**199.125**	**(58.250)**	**151.600**
Aum. (red.) líq. de caixa e equiv. de caixa	**(72.361)**	**5.802**	**(93.212)**	**(17.256)**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	80.993	75.191	105.745	123.001
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	55.696	80.993	60.510	105.745

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em milhares de Reais

	Capital social	Reservas de capital Reserva de ágio	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva para investimentos	Subvenção para investimentos	Lucros a realizar	Ajust. aval. patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrim. líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012	121.178	38.325	1.962	5	21.977	16.217	17.316		216.980
Aumento de capital com reservas	23.939		(1.962)		(21.977)				
Prejuízo líquido do exercício								(19.437)	(19.437)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial							(904)	904	
Constituição de reserva para incentivos fiscais					13.399			(13.399)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	145.117	38.325		5	13.399	16.217	16.412	(31.932)	197.543
Aumento de capital com reservas	13.399				(13.399)				
Prejuízo líquido do exercício								(65.589)	(65.589)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial							(1.998)	1.998	
Compensação com prejuízos acumulados		(15.711)		(5)		(16.217)		31.933	
Constituição de reserva para incentivos fiscais					13.561			(13.561)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	158.516	22.614			13.561		14.414	(77.151)	131.954

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Informações gerais: A BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. ("BSBios" ou "Controladora"), e conjuntamente com suas Controladas, a "Companhia", com sede em Passo Fundo - RS, tem por objeto a industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos incluindo, mas não limitando, proteínas vegetais. A Companhia fomenta ainda a originação de matéria-prima, objetivando a manutenção do selo combustível social, referente às compras do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONAF. Em 31 de dezembro de 2014 a BSBios possui um investimento na empresa BSBios Agroindustrial S.A. ("BSBios Agroindustrial"), com participação de 100% em seu capital social. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho da Administração da Companhia em 27 de abril de 2015. **Performance da Companhia (não auditado) -** A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 261.514 em 31 de dezembro de 2014 tendo apurado prejuízo de R$ 65.589 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e aumento no grau de endividamento em decorrência da queda do valor de venda do biodiesel nos leilões, captação de recursos para a aquisição da subsidiária BSBios Agrícola Ltda. ("BSAgro", adquirida e incorporada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013) e investimentos para o aumento da capacidade fabril em suas unidades. Além disso, em decorrência de sua atividade operacional, a Companhia vem acumulando créditos tributários cujos pedidos de ressarcimento não foram totalmente homologados pelos órgãos fazendários e, portanto, não foram convertidos em caixa (Nota 10). Adicionalmente, a Companhia registrou perdas com derivativos em decorrência das oscilações do dólar. Para o exercício de 2015, a administração está trabalhando em ações que visem à melhora do capital circulante, incluindo: negociações com os bancos visando alongar o perfil de parte de sua dívida (prazo de 3 a 4 anos), ações jurídicas para agilizar a conversão em caixa dos pedidos de restituição dos impostos e incremento dos preços praticados nos leilões de biodiesel. Considerando as projeções do orçamento para o ano de 2015, tendo como premissa os preços praticadas nos últimos dois leilões, com o aumento de 5% para 7% na mistura do óleo diesel consumido no Brasil,a administração espera um lucro líquido de R$ 53.850 e EBITDA de R$ 144.322 com consequente redução de dívida de curto prazo (Nota 30). **2 Aquisição de controlada:** Em 13 de março de 2013, foi adquirido o controle acionário da BSAgro - BSBios Agrícola Ltda. ("BSAgro") como subsidiária integral pelo valor de R$ 78.893 (Nota 30). O objetivo da aquisição é a comercialização de fertilizantes e defensivos agrícolas, bem como o armazenamento de grãos e a obtenção de soja diretamente do produtor rural. Em 31 de dezembro de 2013, a BSAgro foi incorporada pela Controladora (Nota 3). **3 Incorporação de controladas:** Em 26 de outubro de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da BSBios Marialva pela Controladora com a consequente extinção da companhia incorporada. Em 18 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da BSAgro pela Controladora com a consequente extinção da empresa incorporada. Em 31 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas ratificou as decisões tomadas pelo Conselho de Administração, autorizando a incorporação das controladas pela sua Controladora. A seguir são apresentados os saldos das entidades, em 31 de dezembro de 2013, data efetiva da incorporação. Para fins de comparabilidade, esses saldos já estão considerados como saldos da Controladora no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

	Em 31 de dezembro de 2013 BSBios Marialva	BSAgro	Total
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.376	17.757	20.133
Clientes	37.401	22.166	59.567
Estoques	19.298	16.004	35.302
Impostos a recuperar	22.742	524	23.266
Adiantamentos a fornecedores	4.263	13.245	17.508
Outras contas a receber	78	178	256
	86.158	69.874	156.032
Não circulante			
Impostos a recuperar	235		235
Imobilizado	65.053	54.756	119.809
Intangíveis	674	160	834
	65.962	54.916	120.878
Total do ativo	152.120	124.790	276.910
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11.285	10.519	21.804
Empréstimos e financiamentos	8.620	14.978	23.598
Obrigações trabalhistas	1.189	1.222	2.411
Impostos e contribuições a recolher		241	241
Adiantamento de clientes	18	3.882	3.900
Partes relacionadas	11.700		11.700
Outras obrigações	821		821
	33.633	30.842	64.475
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	30.801		30.801
Impostos diferidos	892		892
	31.693		31.693
Patrimônio líquido			
Capital	30.000	93.948	123.948
Reservas de lucros	56.794		56.794
	86.794	93.948	180.742
Total do passivo e patrimônio líquido	152.120	124.790	276.910

4 Resumo das principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **4.1 Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor ajustadas para refletir o custo atribuído dos bens registrados no ativo imobilizado na data de transição para CPCs, e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas -** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **(b) Demonstrações financeiras individuais -** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações -** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs com vigência a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **4.1.1 Consolidação -** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas -** Controladas são todas as entidades nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Controladora controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Controladora deixa de ter o controle. A Controladora usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Controladora reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Controladora nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Controladora atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 4.7). Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **4.2 Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação -** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **(b) Transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **4.3 Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, bem como as contas garantidas. **4.4 Instrumentos financeiros - 4.4.1 Classificação -** A Companhia e suas controladas classifica os seus ativos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado têm como característica a sua negociação ativa e frequente, principalmente, no curto prazo. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **(b) Empréstimos e recebíveis -** São incluídos nesta categoria os empréstimos e os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e os recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação. **4.4.2 Reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. A Companhia e suas controladas avaliam, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo (*impairment*). **4.4.3 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado -** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. **4.5 Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **4.6 Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **4.7 Ativos intangíveis - (a) Ágio** - O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(b) Programas de computador (*softwares*) -** Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente cinco anos. **4.8 Imobilizado -** Os bens do imobilizado são registrados ao custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. **4.9 *Impairment* de ativos não financeiros -** A administração revisa anualmente, ou em período menor quando existir evidência de deterioração, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros sujeitos à amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda. **4.10 Contas a pagar - (a) Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **(b) Aquisição de controlada -** As contas a pagar pela aquisição de controlada são obrigações a pagar pelo investimento adquirido pela Controladora, sendo classificado como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **4.11 Empréstimos -** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **4.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais -** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado em favor da Companhia e suas controladas e for contratualmente certo que os recursos fluirão para o caixa das Companhias. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **4.14 Tributos sobre o lucro -** As despesas com tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial". O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido e a contribuição social são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **4.15 Reconhecimento de receita -** A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação. A receita é o rendimento líquido da venda das mercadorias e da prestação dos serviços, após dedução de impostos e descontos. **(a) Venda de produtos e mercadorias -** Comércio da produção própria de biocombustível, glicerina, lubrificantes vegetais, óleos básicos vegetais, farelo de soja e cereais, tais como milho,

continua

continuação

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

CNPJ: 07.322.382/0001-19 • NIRE: 43300047130

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

trigo e canola, bem como a revenda de fertilizantes e defensivos agrícolas. **(b) Prestação de serviços -** Industrialização de biocombustível, farelo de soja, glicerina, lubrificantes vegetais, óleos básicos vegetais e demais derivados e subprodutos. **(c) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. **4.16 Subvenções governamentais -** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". **4.17 Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **4.18 Distribuição de dividendos -** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **4.19 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia -** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não são vigentes para 2014. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não foi implementada no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas pela IASB e que estão em vigor paraperíodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. • IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração usa para fins de gestão do risco. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação desta norma. • IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes a natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma. • Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04, "Esclarecimento sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização", revisão emitida em maio de 2014. Esta alteração da norma tem como objetivo esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e consideradas razoáveis para as circunstâncias. **5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas -** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (*impairment*) do ágio -** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio,de acordo com a política contábil apresentada na Nota 4.7. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 16). **(b) Valor justo de derivativos -** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **(c) Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis -** As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliação realizados por especialistas. As vidas úteis dos intangíveis foram baseadas em contratos firmados (vidas úteis determinadas) ou na avaliação interna da administração da Companhia (vidas úteis indeterminadas). Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras. **6 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: (a) Contexto geral -** O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia e suas controladas.O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição, todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais (EBITDA) da Companhia. Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	22.636	37.708	30.185	37.708
Empréstimos e recebíveis				
Partes relacionadas (Nota 12)		1.161		1.161
Adiantamentos a fornecedores (Nota 11)	65.518	52.130	86.975	52.302
Contas a receber (Nota 8)	124.338	135.251	135.133	139.305
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	55.696	80.993	60.510	105.745
	268.195	307.243	312.803	336.221
Passivo				
Custo amortizado				
Fornecedores (Nota 18)	(129.404)	(66.440)	(147.264)	(79.556)
Contas a pagar pela aquis. de controlada	(23.685)	(41.652)	(23.685)	(41.652)
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(592.940)	(623.534)	(613.925)	(670.264)
	(746.029)	(731.626)	(784.874)	(791.472)
	(477.841)	(424.383)	(472.074)	(455.251)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros: • Risco de preço das *commodities*. • Risco de taxas de câmbio. • Risco de taxas de juros. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de capital. Em suas atividades a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano bem como do preço de algumas *commodities*. Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia dispõe de uma política de gestão de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração e devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista a utilização de instrumentos financeiros derivativos. **(b) Risco à variação de preço de *commodities* -** Trata-se do risco de que alterações no preço de algumas *commodities* como a soja, óleo degomado e o farelo de soja, que possam gerar algum prejuízo para a Companhia. Essa exposição decorre de algumas operações relacionadas à compra e venda dessas *commodities*. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro, determinadas pela *Chicago Board of Trade* (CBOT). A maioria das operações está relacionada à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. A Companhia contratou operações de derivativos de commodities para fixar o preço de parte do custo de produção da próxima safra.Sobre a posição de matéria-prima a fixar, cujo estoque tenha sido realizado, são realizadas operações a termo de *commodities*. Como forma de proteger-se da variação no preço do óleo degomado de soja, que é a matéria-prima para produção do biodiesel a Companhia procedeu à compra de contratos futuros de óleo de soja. Sobre as compras de soja em grão, a Companhia tem como política, fixar simultaneamente com tradings ou a termo em CBOT, a quantidade de farelo e óleo de soja a ser produzido pela Companhia e sua controlada:

2014

	Soja		Farelo de Soja		Óleo Degomado	
Operação	**Tonelada**	**R$/mil**	**Tonelada**	**R$/mil**	**Tonelada**	**R$/mil**
Venda			(58.988)	(61.027)	(36.217)	(74.708)
A fixar	(17.369)	(19.106)				
Contratos de compra	92.824	102.694			1.712	3.389
Estoque físico	9.040	10.299	25.497	28.842	12.078	22.679
CBOT	11.567	12.723	(47.264)	(49.627)	5.606	10.932
Exposição	96.062	106.610	(80.755)	(81.812)	(16.821)	(37.708)

2013

	Soja		Farelo de Soja		Óleo Degomado	
Operação	**Tonelada**	**R$/mil**	**Tonelada**	**R$/mil**	**Tonelada**	**R$/mil**
Venda			(47.000)	(58.750)	(39.175)	(76.391)
A fixar	(18.440)	21.514				
Contratos de compra	167.072	(183.899)				
Estoque físico	496	879	37.979	47.474	14.662	28.591
CBOT			(122.743)	(135.143)	(33.420)	(63.498)
Exposição	149.128	(161.506)	(131.764)	(146.419)	(57.933)	(111.298)

Análise de sensibilidade das *commodities* - A Companhia possui também operações de derivativos em *commodities* no *Chicago Board Of Trade* (CBOT), tais como: farelo, óleo e soja. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. Essa metodologia baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA. A Companhia definiu três cenários a serem simulados para *commodities*. No provável esta utiliza os preços das commodities em 31 de dezembro de 2014 e sobre estes preços acrescentou 25% e 50%, formando os outros dois cenários.

		Cenários				
Operações	**Risco**	**(-)50%**	**(-)25%**	**Realista**	**25%**	**50%**
NDF Dólar	Cotação do dólar	1,36	2,03	2,71	3,39	4,07
	Ajuste	5.918	1.310	(3.297)	(7.905)	(12.513)
Farelo de Soja CBOT	Cotação da *commodity*	12.069	6.914	1.760	(3.395)	(8.550)
Óleo de Soja CBOT	Cotação da *commodity*	(12.431)	(5.788)	856	7.497	14.140
Soja CBOT	Cotação da *commodity*	(6.013)	(3.124)	(213)	2.653	5.541

(c) Risco taxa de câmbio - A Companhia gerencia seu risco de taxa de juros para fluxo de caixa utilizando *swap* de taxa de juros, de dólar para taxa fixa. O objetivo é minimizar os riscos de valorização da moeda americana, dos contratos firmados com esse indexador. A Companhia assume a dívida por uma taxa prefixada de CDI e tem na ponta ativa a variação cambial da mesma dívida. O valor nocional do principal dos contratos em aberto de *swap* de taxa de juros variável para fixa apropriados como instrumentos de *hedge* referentes a *hedges* de taxa de juros para fluxo de caixa de dívidas de taxa variável totalizava em 31 de dezembro de 2014 de R$ 170.231 (31 de dezembro de 2013 - R$ 186.410). A exposição cambial decorre das vendas indexadas ao dólar através da exportação de farelo de soja, e também sobre o estoque que tem em seu preço a variação da moeda americana como componente do custo. Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, utilizam instrumentos derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda - *Non Deliverable Forward* (NDF) e contratos de opções. Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio. Esses derivativos podem ser feitos através de termo de moeda ou opções de compra e venda de dólar. Em 31 de dezembro de 2014, as operações vinculadas ao dólar apresentadas em reais estavam compostas conforme abaixo:

	Consolidado	
	2014	**2013**
Ativos financeiros		
Disponibilidades	24.274	16.025
Contas a receber de clientes	22.205	33.661
Passivos financeiros		
Provisão reajuste de compras	(19.837)	(9.861)
Empréstimos	(170.231)	(186.410)
Derivativo - *swap* de dívida	170.231	186.410
Contratos - firmes		
Contratos de compra de soja	113.496	167.072
Óleo degomado para leilão biodiesel	(202.723)	(76.391)
Estoques		
Soja em grão	13.787	579
Farelo de soja	28.842	47.474
Óleo degomado	24.294	28.591
Total de operações vinculadas ao dólar	4.338	207.150
Derivativos - termo de moeda (venda)	(43.223)	(149.165)
Exposição	(38.885)	57.985

(d) Risco de taxas de juros - Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31 de dezembro de 2014, as operações vinculadas a taxas de juros (CDI), apresentadas eram:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	55.696	80.993	60.510	105.745
Derivativos	22.636	37.708	30.185	37.708
Passivo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(592.940)	(623.534)	(613.925)	(670.264)
	(514.608)	(504.833)	(523.230)	(526.811)

A administração se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e a taxas de juros, sendo que, esse gerenciamento é feito em conjunto, sendo assim, segue as operações que estão atreladas a esses indexadores. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação a mercado (MtM) de R$5.716 (R$22.525 em 2013), e os valores garantidores de margem de R$ 16.921 (R$15.183 em 2013). **(e) Análise de sensibilidade -** A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio e dos preços de venda das commodities que produz e comercializa, as quais estão atreladas à cotação do dólar e dos preços da soja e de seus derivados no mercado internacional. Foi elaborada análise de sensibilidade para os instrumentos derivativos financeiros de acordo com a Instrução CVM no 475/08, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial, variação nos preços das *commodities* e variação nos juros (CDI e dólar). Caso algum dos cenários projetados pela administração venha a se realizar, tanto em situação de ganho ou de perda, os mesmos serão compensados em sua totalidade por efeito inverso apurado sobre a realização das receitas de vendas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. **(i) *Swaps* -** Os *swaps* celebram uma troca de fluxo de caixa, onde esta se compromete a pagar uma variação percentual do CDI-CETIP para o banco e recebendo deste a variação do dólar. Essas operações visam proteger dívidas vinculadas à moeda estrangeira, no caso o dólar, portanto, a ponta cambial não apresenta nenhum tipo de risco, pois eventuais alterações na taxa do dólar serão compensadas pelo ajuste junto à instituição financeira, ou seja, a liquidação será pela diferença entre as pontas. Finalmente, visando mitigar o risco da variação cambial, ao fazer o swap para CDI - CETIP contrata este simultaneamente com a operação em dólar, com mesma data de vencimento e sem intenção de liquidação antecipada desta. **(ii) Análise sensibilidade oscilação do CDI - CETIP -** Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador CDI - CETIP das dívidas (posição 31 de dezembro de 2011), foram definidos três cenários diferentes a partir da taxa SELIC desta data, estipulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), com base nesta informação foram calculadas as variações com o agravamento dessas taxas em 25% e 50%. Cabe ainda salientar que os valores foram capitalizados até a data de vencimento de cada operação pelo CDIs mencionados acrescidos dos respectivos juros (normalmente percentual do CDI trazidos a valor presente a 100% do mesmo CDI).

			Cenário para CDI (%)	
Operações	**Risco**	**Realista**	**25**	**50**
ACCs/*swaps*/NCE	Alta do CDI	12,75	15,94	19,13
Efeito líquido - R$		(2.699)	(3.278)	(3.429)

(f) Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de perda financeira se o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia e suas controladas estão expostas, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a crédito. A política implementada em nível local, é avaliar o risco de crédito de novos clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Não foi considerado necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a crédito. A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao fato de cerca de 50% das vendas serem realizadas à Petróleo Brasileiro S.A. para um prazo de 30 dias e 45% das exportações são realizadas para grandes *tradings* cuja entrega de documentos originais é efetivada somente após o pagamento das mesmas. A posição dos créditos vencidos (e substancialmente não *impaired*) em 31 de dezembro de 2014 para a Companhia e suas controladas é a seguinte

	Valor
Vencidos até 30 dias	1.424
Vencidos até 60 dias	118
Vencidos há mais de 60 dias	2.169
	3.711

(g) Risco de liquidez - O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas em enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa. A administração considera que os passivos provenientes de empréstimos junto ao BNDES estão adequadamente distribuídos até o ano de 2017. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da empresa junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação. Em relação a fornecedores, cabe destacar que os principais são aqueles que fornecem soja, cujo prazo para pagamento é de até dez dias. Em contrapartida, as exportações de farelo de soja decorrentes do esmagamento desta, tem prazo similar para recebimento, ocorrendo em média no prazo de 15 dias. A seguir apresenta-se as informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros (valores não descontados – fluxo nominal futuro):

Controladora 2014

Passivo	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Emprést. e financ. (Nota 17)	(543.622)	(31.429)	(14.615)	(3.274)	(592.940)
Fornecedores (Nota 18)	(129.404)				(129.404)
Outras obrigações (Nota 21)	(16.735)				(16.735)
Contas a pagar pela aquisição de controlada (Nota 18)	(15.292)	(6.747)	(1.646)		(23.685)
	(795.053)	(38.176)	(16.261)	(3.274)	(762.764)

2013

Passivo	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Emprést. e financ. (Nota 17)	(474.009)	(116.776)	(27.964)	(4.785)	(623.534)
Fornecedores (Nota 18)	(66.440)				(66.440)
Outras obrigações (Nota 21)	(12.422)				(12.422)
Contas a pagar pela aquisição de controlada (Nota 18)	(17.088)	(24.564)			(41.652)
	(569.959)	(141.340)	(27.964)	(4.785)	(744.048)

Consolidado 2014

Passivo	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Emprést. e financ. (Nota 17)	(544.607)	(31.429)	(33.124)	(4.765)	(613.925)
Fornecedores (Nota 18)	(147.264)				(147.264)
Outras obrigações (Nota 21)	(17.709)				(17.709)
Contas a pagar pela aquisição de controlada (Nota 18)	(15.292)	(6.747)	(1.646)		(23.685)
	(724.872)	(38.176)	(34.770)	(4.765)	(802.583)

2013

Passivo	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Emprést. e financ. (Nota 17)	(520.739)	(116.776)	(27.964)	(4.785)	(670.264)
Fornecedores (Nota 18)	(79.556)				(79.556)
Outras obrigações	(16.699)				(16.699)
Contas a pagar pela aquisição de controlada (Nota 18)	(17.088)	(24.564)			(41.652)
	(634.082)	(141.340)	(27.964)	(4.785)	(808.171)

(h) Hierarquia da mensuração do valor justo - As normas contábeis exigem determinadas divulgações que exigem a classificação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a importância das entradas utilizadas na mensuração do valor justo (Nota 4). A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis: (i) Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)). (ii) Entradas, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, quer direta (por exemplo, como preços ou indiretamente, isto é, derivados dos preços ou calculados com base em metodologias de precificação baseadas em dados de mercado observáveis (nível 2)). (iii) Entradas ao ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (entradas não observáveis (nível 3)). O nível na hierarquia de valor justo em que o ativo ou passivo financeiro é categorizado é determinado com base na entrada do nível mais baixo que é significativo à mensuração do valor justo. A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado para a Companhia e suas controladas:

	2014	**2013**
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 1)	2.755	3.187
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 2)	7.977	22.524
	10.732	25.711

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado referente a operações de instrumen-tos financeiros derivativos foi:

	Resultado com derivativos Ganho/(perda)
Operações relacionadas a *commodities* - CBOT	(45.660)
Swap da dívida	7.350
Opções com dólar	7.330
	30.980

(i) Garantias de cooperativas - Visando garantir fornecimento de soja de safra futura, a praxe de mercado é de adiantar valores para as cooperativas com vencimentos futuros que serão saldados com a entrega de soja. Para tanto, a Companhia realiza contratos com cláusulas de garantias e com aval dos diretores das cooperativas econcomitantemente emite uma Cédula de Produto Rural (CPR), permitindo à Companhia, em caso de não entrega da soja, de executar o título imediatamente. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas não possuíam saldoemprestado nesta modalidade (2013-R$ 9.716). **(j) Risco de capital -** Os objetivos da Companhia, ao realizar a manutenção do capital, são: • salvaguardar a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional, para que possa seguir proporcionando retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; • proporcionar retorno adequado aos acionistas ao estipular os preços de produtos e serviços proporcionalmente ao nível de risco. A Companhia define o valor de capital que necessita proporcionalmente ao risco. A Companhia gera sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas e nas características de risco dos ativos subjacentes. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. A Companhia monitora a relação entre a dívida e o capital ajustado. Tal índice é calculado como capital ajustado de dívida líquida, conforme definido acima. A dívida líquida é calculada como total da dívida (conforme apresentado na demonstração do balanço patrimonial menos disponibilidades).

	Controladora	
	2014	**2013**
Empréstimos	592.940	623.534
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(55.696)	(80.993)
Dívida líquida	537.244	542.541
Total do patrimônio líquido	131.954	197.543
Índice de alavancagem financeira - %	4,07	2,75

O aumento no indicador de alavancagem e no nível de endividamento deve-se aos fatores descritos na Nota 1. **7 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa em poder da Companhia e suas controladas, depósitos bancários e aplicações financeiras, líquidos de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Caixa	208	107	210	127
Bancos	12.344	20.918	12.410	21.327
Aplicação financeira	43.144	59.968	47.890	84.291
	55.696	80.993	60.510	105.745

A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo, para atender a demanda de aquisição de matéria-prima, com rendimentos atrelados ao percentual de CDI. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em caixa e não há caixa restrito que tenha sido dado como garantia para operações de empréstimos e financiamentos.

8 Contas a receber de clientes:	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Clientes nacionais	103.677	103.091	113.900	107.145
Clientes exterior	22.017	33.516	22.589	33.516
Provisão para devedores duvidosos	(1.356)	(1.356)	(1.356)	(1.356)
	124.338	135.251	135.133	139.305

Com relação aos créditos de clientes, totalizando R$ 135.133 em 31 de dezembro de 2014 (2013- R$ 139.305), foi oferecido o montante de R$ 33.330 como garantia de empréstimos contraídos para o financiamento da planta de biodiesel (2013- R$ 56.250).

9 Estoques:	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Matérias-primas	38.466	17.378	43.766	67.560
Produtos em elaboração	9.589	8.549	12.478	15.323
Produtos acabados	48.445	70.716	48.567	71.594
	96.500	96.643	104.811	154.477

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía parte dos produtos dados em garantia a empréstimos e financiamento contratados no valor de R$ 104.250.

10 Impostos a recuperar:	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
IPI	4.556	2.266	4.556	2.266
PIS e COFINS	29.327	33.104	34.735	33.104
ICMS	7.958	1.715	12.862	19.415
Reintegra	1.190	2.462	1.190	2.462
Saldo negativo de IRPJ	10.366	7.546	14.513	7.753
Saldo negativo de CSLL	613	906	1.259	1.194
Outros	4.357	1.062	4.656	1.100
Total circulante	58.367	49.061	73.771	67.294
PIS e COFINS	74.059	13.422	95.421	34.387
ICMS	7.656	78.299	20.370	78.313
Total não circulante	81.715	91.721	115.791	112.700

A Companhia mantém saldos relevantes de créditos tributários tomados sobre a aquisição de insumos, e presumidos de acordo com a Lei 12.865/2013 no montante de R$ 189.562 em 31 de dezembro de 2014, (R$ 179.994 em 2013) os quais não puderam ser compensados nas atividades da Companhia e suas subsidiárias por envolverem atividades de vendas não tributadas, suspensas ou com alíquotas zero. Para fins de realização de parte desses montantes, a Companhia apresentou junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil Pedidos de Ressarcimento totalizando R$ 109.635, composto por R$ 96.977 de PIS/COFINS; R$ 9.614 de saldo negativo de IRPJ e CSLL e R$ 3.044 de outros créditos. Restam ainda solicitar ressarcimento de R$ 24.915 relativos a créditos de PIS/COFINS tomados por sua subsidiária BSBios Agroindustrial S.A. A administração avaliou a expectativa de recuperação desses montantes, considerando as premissas descritas pelo CPC 26 - "Apresentação das Informações financeiras" e reclassificou para o ativo não circulante os saldos que não atendem às expectativas de conversibilidade e liquidez de doze meses a partir da data-base 31 de dezembro de 2014 e que dependam de deferimento pelos órgãos reguladores. Os demais saldos de tributos a recuperar, incluindo os saldos de ICMS a compensar serão recuperados no curso normal dos negócios com débitos próprios, conforme projeções preparadas pela própria administração da Companhia, nas vendas de farelo de soja para Santa Catarina. Dentre as ações que serão implementadas em 2014 para agilizar a conversibilidade dos créditos tributários em caixa, estão: revisitar a estrutura dos produtos, de forma a alterar o conjunto de produtos e, assim, utilizar os créditos na própria operação; e tomar as ações cabíveis para agilizar o trâmite dos pedidos de ressarcimento junto ao órgão fiscalizador. **11 Adiantamento a fornecedores:** A comercialização da matéria-prima soja, no segmento de atuação da Companhia, se dá por pagamentos antecipados ao faturamento, através de contratos. O saldo dos adiantamentos efetuados pela Companhia é apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Adiantamento a fornecedores de soja	26.972	18.715	37.423	18.806
Adiantamento a fornecedores de insumos	22.091	12.324	22.091	12.324
Outros adiantamentos	1.811	9.293	12.887	9.374
Provisão para devedores de adiantamentos	(6.229)	(6.229)	(6.229)	(6.229)
	44.715	34.103	66.172	34.275

Em abril de 2012 a então subsidiária BSBios Marialva forneceu adiantamentos à Udigrãos do Brasil Comércio, Indústria, Importação e Exportação Ltda. no montante de R$ 6.660, cujo contrato foi parcialmente atendido. Em virtude da deterioração da capacidade financeira da contraparte e consequente baixa expectativa de recebimento do restante dos volumes contratados, o saldo de R$ 6.229 foi provisionado em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, a situação permanece e a respectiva provisão foi mantida pela Companhia. **12 Partes relacionadas:** A Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas. As seguintes operações foram conduzidas com partes relacionadas: **(a) Vendas de produtos e serviços**

	2014	**2013**
Petróleo Brasileiro S.A. (acionista)	625.639	199.061
Venda de serviços		
BSBios Agroindustrial S.A. (controlada)	10.900	13.510

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem que varia entre 3% e 5%.

(b) Compra de produtos	**2014**	**2013**
Petrobras Biocombustíveis S.A. (acionista)	31.699	77.999
Petrobras Distribuidora S.A.	79.998	1.065
BSBios Agroindustrial S.A. (controlada)	110.779	307.062

Os produtos são adquiridos de controlada com base em termos e condições comerciais, para suprir eventual falta de produto acabado em cumprimento a contratos de exportação ou para fins de processamento de óleo para produção de Biodiesel. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços:

Contas a receber	**2014**	**2013**
Petróleo Brasileiro S.A. (acionista)	62.855	56.250
BSBios Agroindustrial S.A. (controlada)	255	1.359

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em 30 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. **(c) Remuneração ao pessoal-chave da administração -** O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros. No exercício findo em 31 dedezembro de 2014, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R$ 2.960 (31 dedezembro de 2013 - R$ 2.548), incluindo salários e outros benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo e outros benefícios. **(d) Empréstimos para partes relacionadas -** Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada detinham contratos de mútuo, representados por conta-corrente, cujo indexador representava o equivalente a 122% da taxa de depósito interfinanceiro – CETIP. No decorre do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estes saldos foram integralmente liquidados, conforme demonstrado na movimentação abaixo:

	2014	**2013**
Em 1º de janeiro	1.161	69.824
Empréstimo efetuado durante o exercício	32.429	4.022
Amortização de empréstimos	(33.590)	(72.320)
Juros cobrados	307	1.044
Juros recebidos	(307)	(1.409)
Em 31 de dezembro		1.161

13 Outros adiantamentos: A Companhia forneceu adiantamentos à Cooperativa Triticula Ijuí Ltda. - Cotrijuí, cuja origem previa aquisição de 37 unidades de recebimento de grãos, que não foi concretizada. O referido valor tem cobertura através de imóveis dados em garantia e que superam o valor do crédito. Adicionalmente, a BSBios firmou acordo comercial prevendo a aquisição de praticamente toda a comercialização de grãos que aquela empresa vir adquirir de produtores rurais, com spread já definido, podendo compensar o valor a ser pago com os créditos originais do mútuo.

continua

continuação

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

CNPJ: 07.322.382/0001-19 • NIRE: 43300047130

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

14 Investimentos:

	BSBios Marialva (i)	BSBios Agroindustrial	BSAgro (II)	Total
Saldos em 31/12/2012	141.371	12.458		153.829
Aquisições a valor justo			76.223	76.223
Aumento de capital		47.323	40.000	87.323
Ágio na aquisição			10.057	10.057
Equivalência patrimonial	1.534	2.105	(547)	3.092
Dividendos recebidos no período	(16.144)	(500)		(16.644)
Transferência da mais valia para imobilizado pela incorporação de controlada (Nota 15)	(4.147)		(21.728)	(25.875)
Transferência do ágio para intangível pela incorporação de contr. (Nota 16)	(35.820)		(10.057)	(45.877)
Incorporação de controlada (Nota 3)	(86.794)		(93.948)	(180.742)
Saldos em 31/12/2013		61.386		61.386
Aumento de capital		500		500
Equivalência patrimonial		1.266		1.266
Saldos em 31/12/2014		63.152		63.152

(i) BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. (ii) BSAgro - BSBios Agrícola Ltda. Em 31 de dezembro de 2013, as controladas BSBios Marialva e BSAgro foram incorporadas pela Controladora (Nota 3). O aumento do investimento na BSBios Agroindustrial se deu através da capitalização de mútuo que esta detinha, conferindo um aumento no investimento no valor de R$ 45.000 de acordo da aprovação dos órgãos da administração, sem aumento no número de ações e e utilização dos dividendos a receber de R$ 2.323. O aumento no capital da BSAgro foi efetuado através da liquidação do empréstimo cedido a essa controlada no montante de R$ 40.000.

15 Imobilizado:

Em 31/12/2012	Terrenos	Edificações	Veículos e máq.	Móveis, utensílios e equip.	Obras em andamento	Controladora Total
Custo	4.640	52.133	131.682	3.599	1.736	193.790
Depreciação acumulada		(2.719)	(23.153)	(1.083)		(26.955)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	4.640	49.414	108.529	2.516	1.736	166.835
Em 1º/01/2013						
Saldo inicial	4.640	49.414	108.529	2.516	1.736	166.835
Aquisições			1.437	577	10.678	12.692
Incorporação de contr. (Nota 3)	8.362	38.328	71.450	1.619	49	119.808
Alienações			(149)	(47)		(196)
Transferências	8	236	388	648	(1.716)	(436)
Depreciação		(1.054)	(7.336)	(514)		(8.904)
Ágio ativos fixos (Nota 3)	2.092	9.507	14.219	57		25.875
Realiz. - incentivo Fundopem			566			566
Saldo contábil, líquido	15.102	96.431	189.104	4.856	10.747	316.240
Em 31/12/2013						
Custo	15.102	101.534	233.753	7.032	10.747	368.168
Depreciação acumulada		(5.103)	(44.649)	(2.176)		(51.928)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	15.102	96.431	189.104	4.856	10.747	316.240
Em 1º/01/2014						
Saldo inicial	15.102	96.431	189.104	4.856	10.747	316.240
Aquisições		5	1.041	235	5.512	6.793
Alienações			(212)	(182)		(394)
Transferências		1.390	6.829	250	(10.457)	(1.988)
Depreciação		(2.263)	(15.168)	(542)		(17.973)
Realiz. - incentivo Fundopem			246			246
Saldo contábil, líquido	15.102	95.563	181.840	4.617	5.802	302.924
Em 31/12/2014						
Custo	15.102	102.930	242.125	7.323	5.802	373.282
Depreciação acumulada		(7.367)	(60.285)	(2.706)		(70.358)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	15.102	95.563	181.840	4.617	5.802	302.924

Em 31/12/2012	Terrenos	Edificações	Veículos e máq.	Móveis, utensílios e equip.	Obras em andamento	Consolidado Total
Custo	6.118	62.707	198.141	5.481	2.646	275.093
Depreciação acumulada		(3.240)	(32.490)	(1.419)		(37.149)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2012	6.118	59.467	165.651	4.062	2.646	237.944
Em 1º/01/2013						
Saldo inicial	6.118	59.467	165.651	4.062	2.646	237.944
Aquisições		42	2.538	878	11.955	15.413
Incorporação de contr. (Nota 3)	6.884	27.557	19.974	340		54.755
Alienações			(196)	(292)	(3)	(491)
Transferências	9	1.700	1.024	643	(3.809)	(433)
Depreciação		(1.266)	(10.970)	(730)		(12.966)
Ágio ativos fixos	2.092	8.931	10.699	5		21.727
Realiz. - incentivo Fundopem			566			566
Saldo contábil, líquido	15.103	96.431	189.286	4.906	10.789	316.515

Em 31/12/2013	Terrenos	Edificações	Veículos e máq.	Móveis, utensílios e equip.	Obras em andamento	Consolidado Total
Custo	15.103	101.598	237.016	7.105	10.789	371.611
Depreciação acumulada		(5.167)	(47.730)	(2.199)		(55.096)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2013	15.103	96.431	189.286	4.906	10.789	316.515
Em 1º/01/2014						
Saldo inicial	15.103	96.431	189.286	4.906	10.789	316.515
Aquisições		5	1.168	235	5.507	6.915
Alienações			(212)	(182)		(394)
Transferências		1.390	6.829	250	(10.494)	(2.025)
Depreciação		(2.263)	(15.195)	(551)		(18.009)
Realização - incentivo Fundopem			246			246
Saldo contábil, líquido	15.103	95.563	182.122	4.658	5.802	303.248
Em 31/12/2014						
Custo	15.103	102.930	242.452	7.390	5.802	373.677
Depreciação acumulada		(7.367)	(60.330)	(2.732)		(70.429)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2014	15.103	95.563	182.122	4.658	5.802	303.248

A avaliação realizada sobre a propriedade é aplicada para análise da política de depreciação e mensuração da redução do valor recuperável, que deve ser descontado diretamente ao resultado. Em 2010 a administração concluiu a primeira análise da vida útil dos ativos e contabilizou ajuste a custo atribuído na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, de acordo com o CPC 27, correspondeu ao valor bruto de R$ 30.345. No mesmo período, foi efetuada a primeira revisão de vida útil conforme laudo de avaliação de empresa especializada, que são revisadas anualmente. As taxas de depreciação calculadas pelo método linear foram ajustadas de acordo com a nova vida útil de cada bem:

	Percentual - a.a.
Prédios e construções	2,13
Pavimentação e reservatórios	3,42
Máquinas e equipamentos - industriais	6,12
Máquinas e equipamentos - agrícolas	5,77
Máquinas e equipamentos - laboratórios	6,73
Equipamentos e instalações	8,29
Computadores e periféricos	10,92
Veículos	16,29

Os empréstimos bancários são garantidos pelos terrenos e edifícios de propriedade da Companhia.

16. Intangível:

	Ágio	Programas de computador	Controladora Total
Exercício findo em 31/12/2013			
Saldo inicial		5.149	5.149
Aquisições		439	439
Incorporação da controlada (Nota 3)	45.877	836	46.713
Amortização		(522)	(522)
Saldo contábil, líquido	45.877	5.902	51.779
Custo	45.877	8.530	54.407
Amortização acumulada		(2.628)	(2.628)
Saldo contábil, líquido	45.877	5.902	51.779

Controladora	Ágio	Programas de computador	Total
Exercício findo em 31/12/2014			
Saldo inicial	45.877	5.902	51.779
Aquisições		227	227
Transferências		1.988	1.988
Impairment de ágio	(2.670)		(2.670)
Amortização		(863)	(863)
Saldo contábil, líquido	43.207	7.254	50.461
Custo	43.207	10.746	53.953
Amortização acumulada		(3.492)	(3.492)
Saldo contábil, líquido	43.207	7.254	50.461

Consolidado	Ágio	Programas de computador	Total
Exercício findo em 31/12/2013			
Saldo inicial	35.820	6.462	42.282
Aquisições		560	560
Combinação de negócios	10.057		10.057
Amortização		(634)	(634)
Saldo contábil, líquido	45.877	6.388	52.265
Custo	45.877	9.214	55.091
Amortização acumulada		(2.826)	(2.826)
Saldo contábil, líquido	45.877	6.388	52.265
Exercício findo em 31/12/2014			
Saldo inicial	45.877	6.388	52.265
Aquisições		274	274
Transferências		1.988	1.988
Impairment de ágio	(2.670)		(2.670)
Amortização		(909)	(909)
Saldo contábil, líquido	43.207	7.741	50.948
Custo	43.207	11.475	54.682
Amortização acumulada		(3.734)	(3.734)
Saldo contábil, líquido	43.207	7.741	50.948

Testes do ágio para verificação de *impairment* - A Companhia avaliou, em novembro de 2014, a expectativa de recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. Como resultado desta análise, a administração procedeu com a baixa do montante de R$ 2.670 relativos ao ágio reconhecido na Unidade Geradora de Caixa ("UGC") BSAgro em decorrência da baixa expectativa de geração de fluxos de caixa positivos no período coberto pela avaliação. Para a UGC BSBios Marialva, a administração não identificou indícios de redução ao valor recuperável para o ágio constituído. Ambas as UGCs foram incorporadas pela Controladora em 31 de dezembro de 2013, conforme descrito na Nota 3. Para a análise foram consideras as seguintes premissas principais dos próximos dez anos: (a) Projeções de crescimento do mercado de glicerina e borra de neutralização compatíveis com o desempenho histórico apresentado pela UGC. (b) Expectativa de manutenção dos custos fixos apresentados historicamente.

17 Empréstimos e financiamentos:

Descrição	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
BNDES - financiamento para ampliação da capacidade produtiva	38.673	52.151	38.673	52.151
Capital de giro	652		652	
FINAME	1.660	2.250	1.660	2.250
Adiantamento Contrato de Câmbio (ACC)	130.167	110.273	130.167	110.273
Pré-pagamento	38.381		38.381	
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	258.584	343.705	279.569	374.916
Nota promissória rural/MCR 64	154.190	45.048	154.190	60.567
Fundopem	9.666	10.237	9.666	10.237
Outros		20.837		20.837
	592.940	623.534	613.925	670.264
Passivo circulante	543.622	474.009	544.607	520.739
Não circulante	49.318	149.525	69.318	149.525

As parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos:

Vencimento no longo prazo	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
2015		116.776		116.776
2016	31.429	15.151	31.429	15.151
2017	11.433	11.207	31.433	11.207
2018	1.691	1.606	1.691	1.606
2019	1.491	1.607	1.491	1.607
2020	1.412	1.347	1.412	1.347
2021	957	917	957	917
2022	250	249	250	249
2023	250	249	250	249
2024	250	249	250	249
2025	155	167	155	167
	49.318	149.525	69.318	149.525

Informações adicionais: • Os financiamentos do BNDES são corrigidos a taxa de 4,5% ao ano, com vencimento final em julho de 2017. • Fundopem possui prazo de amortização de 96 meses, com final da carência em outubro de 2012, atualizado pelo IPCA acrescido de juros à taxa de 3% ao ano. A Companhia não possuía estoques físicos suficientes para atender as garantias de financiamentos junto a instituições financeiras, mas mantinha contratos com entrega futura que atendiam os valores das garantias. Total de estoques de soja e derivados R$ 65.209, contratos firmes de aquisição de soja futura com preço fixo R$ 102.694. Em 2014, a Companhia liquidou todos os contratos do ano anterior.

18 Fornecedores e contas a pagar pela aquisição de controlada:

(a) Fornecedores

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Fornecedores nacionais	127.173	66.417	145.033	79.533
Fornecedores estrangeiros	2.231	23	2.231	23
	129.404	66.440	147.264	79.556

(b) Contas a pagar pela aquisição de controlada - Conforme descrito nas Notas 2 e 3, em 13 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da empresa Dallolivo Agrícola Ltda.. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo passivo resultante desta operação é apresentado abaixo:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Circulante	15.292	17.088	15.292	17.088
Não circulante	8.393	24.564	8.393	24.564
	23.685	41.652	23.685	41.652

19 Provisões para contingências: A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, provisões referentes aos processos trabalhistas, tributários e cíveis que, na avaliação dos consultores jurídicos, se revestem de riscos prováveis. Os valores provisionados em 2014 foram julgados pela administração como suficientes para a cobertura dessas contingências e totalizam R$657 (R$ 217 em 2013). A Companhia também é parte em processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis, os quais não foram provisionados e totalizam R$657 (em 2013- R$245). **20 Despesa de imposto de renda e contribuição social:** Vide abaixo a composição das principais adições e exclusões que afetam o cálculo dos impostos sobre o lucro. Conforme demonstrado abaixo, não foram apurados resultados tributáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Prejuízo antes dos tributos	(70.743)	(17.996)	(68.514)	(14.207)
Alíquota - %	34	34	34	34
Despesa tributária (benefício fiscal)	(24.053)	(6.119)	(23.295)	(4.830)
Equivalência patrimonial	(430)	(1.051)		
Incentivos fiscais	(4.611)	(4.556)	(4.611)	(4.556)
Multas	75	40	88	40
Doações	80	382	80	382
Outros	(267)	6.626	253	8.678
	(5.153)	1.441	(4.190)	4.544
Despesa com IR/CSLL correntes		963	4.280	
Despesa com IR/CSLL diferidos	(5.153)	1.441	(5.153)	264
	(5.153)	1.441	(4.190)	4.544

Alterações na legislação tributária – conversão da Medida Provisória 627/2013 na Lei 12.973/2014 - Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973/14, resultado da conversão da Medida Provisória 627/13, extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A Companhia elaborou estudos dos possíveis efeitos que podem surgir com a aplicação da nova lei e concluiu que adotará todos os efeitos originados pela aplicação desta respectiva lei no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

21 Outras obrigações:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Provisão para reajuste de compras	5.593	6.421	5.241	9.861
Venda para Entrega Futura	7.849	1.206	7.849	1.206
Outras provisões	3.293	4.795	3.619	2.632
	16.735	12.422	17.709	16.699

A provisão de reajuste de compras representa a variação do valor das compras de soja a fixar e o preço de mercado no final de cada mês. A obrigação referente à soja recebida está ajustada ao valor de mercado. Com a aquisição das novas unidades, foi adicionado às operações vendas de insumos agrícolas, muitas destas vendas ocorrem por meio de faturamento para entrega futura, com a retirada dos produtos durante período de plantio. As outras obrigações são compostas principalmente por provisão de fretes a pagar, comissões, energia elétrica.

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos: (a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos - Os saldos de IRPJ e CSLL diferidos passivos apresen-tam-se como segue:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
IRPJ e CSL diferido ativo	(11.103)	(8.855)	(11.103)	(8.855)
Contribuição social diferida	1.182	1.828	1.182	1.828
Contribuição social sobre custo atribuído	1.965	2.238	1.965	2.238
Imposto de renda sobre custo atribuído	5.460	6.217	5.460	6.217
IRPJ e CSL diferidos s/combinação de negócios	8.184	8.719	8.184	8.719
IRPJ e CSL diferidos sobre exclusões temporárias - mudança de vida útil	14.341	15.682	14.341	15.682
	20.029	25.829	20.029	25.829

A contribuição social diferida refere-se a 25% depreciação do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos), fundamentada pelas Leis nos 11.051/2004 e 11.774/2008, que será recolhida a partir de dezembro de 2013. A contribuição social e o imposto de renda sobre diferença positiva da recomposição dos ativos serão transferidos para o passivo circulante na medida da realização por depreciação, baixa ou provisão para valor a recuperar dos componentes do ativo. A contrapartida desses tributos está registrada em conta retificadora no patrimônio líquido. A Companhia constituiu provisão para IRPJ e CSLL sobre a depreciação da nova vida útil do imobilizado, cujo efeito contábil será reconhecido após o período legalmente admitido pelo fisco. Esses valores constituem exclusões temporárias para fins de cálculo dos referidos impostos. A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2014, saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido de R$ 191.126. Sobre esses saldos não foram constituídos créditos tributários diferidos tendo em vista a ausência de histórico recente de lucros tributáveis. **(b) Período estimado de realização -** Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2014	2013
2014	1.361	3.622
2015	1.361	1.646
Após 2016	8.381	3.587
	11.103	8.855

23 Patrimônio líquido: (a) Capital social e direito das ações - O capital social de R$ 158.516 (R$ 145.117 em 2013) está dividido em 6.481.480 (6.481.480 em 2013) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no País. Durante o exercício de 2013, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 13.399 (2013-R$ 23.939), mediante a capitalização da reserva de subvenção para investimentos. **(b) Reserva de capital - ágio na emissão de ações -** Em 1º de julho de 2011, a Controladora emitiu 1.231.480 novas ações, totalmente subscritas e integralizadas pela Petrobras Biocombustíveis S.A., mediante a conferência de sua participação societária em Marialva, avaliada em R$ 57.184, dos quais R$ 19.447 foram destinados à conta de capital social da Controladora e R$ 37.737 foram destinados à formação de sua reserva de capital (ágio). Os dividendos remanescentes da controlada Marialva de R$ 588 foram incorporados a essa reserva, totalizando R$ 38.325 em 2013. Em 2014 parte do valor desta reserva, o valor de R$15.711, foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados, restando saldo de R$ 22.614. **(c) Reservas de lucros -** A reserva de lucros é composta por reservas de subvenção para investimentos no valor de R$ 13.561 (R$ 13.399 em 2013 destinado para aumento de capital social), investimentos e capital de giro compensado com prejuízos acumulados (2013- R$ 5), reserva de ajuste de avaliação patrimonial de R$ 14.414 (2013 - R$ 16.412)e reserva de lucros a realizar tendo sido totalmente compensado com prejuízos acumulados (2013 - R$ 16.217). A constituição de reservas de lucros a realizar ocorreu em 2012 em virtude da ocorrência de resultados não realizados financeiramentepela avaliação a valor justo do investimento na controlada BS Bios Marialva, de acordo com os termos requeridos pelo CPC 15 – Combinação de Negócios (Nota 30). Em 2014 a reserva foi totalmente compensada com prejuízos acumulado. As reservas de subvenção para investimentos têm origem no valor realizado de Fundopem e incentivo fiscal, equivalente a 57% do ICMS do biodiesel. A Companhia reconhece inicialmente esses incentivos no resultado. A contabilização é feita debitando-se a conta de passivo circulante, obrigações fiscais (ICMS a pagar), creditando a conta de receita (incentivos fiscais ICMS Biodiesel). **(d) Prejuízos acumulados -** A conta de prejuízos acumulados é composta pelo resultado do exercício (R$65.589) e a destinação para reserva de subvenção para investimento no valor de (R$13.561) totalizando (R$77.151). **(e) Dividendos mínimos obrigatórios -** Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia não pagou juros sobre capital próprio, conforme facultado pela Lei no 9.249/95. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não apurou base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(65.589)	(19.437)
(-) Incentivos fiscais	(13.561)	(13.399)
Base de cálculo dos dividendos	(79.150)	(32.836)

(f) Prejuízo por ação - O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(65.590)	(19.437)
Quantidade de ações (em milhares de reais)	6.481	6.481
Prejuízo por ação	(10)	(3)

A Companhia não possui instrumentos patrimoniais potenciais diluidores que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, assim como não houve alteração na quantidade de ações durante o exercício de 2014. Desta forma, não há diferenças entre o prejuízo básico por ação e prejuízo diluído por ação.

24 Receita operacional líquida:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Venda de produtos	1.758.113	1.009.696	1.928.588	1.576.735
Prestação de serviços	10.251	13.556	293	1.434
Deduções de vendas	(142.626)	(57.103)	(161.853)	(128.903)
	1.625.738	966.149	1.767.028	1.449.266

25 Subvenções governamentais: A Companhia recebe incentivos fiscais oriundos do Fundopem, de acordo com a Lei no 11.916/2003, tendo firmado termo de ajuste 020/2007, se beneficiando ainda de desconto de ICMS de 45% - modalidade Integrar, cuja vigência se estende até 2015. Alternativamente, utiliza créditos fiscais de ICMS sobre o Biodiesel, à razão de 57%, de acordo com a legislação vigente. A Companhia usufrui de incentivos fiscais, sendo (i) originalmente Fundopem Integrar, e posteriormente de forma alternativa, Crédito Fiscal de ICMS para a unidade de Passo Fundo (RS), e (ii) Programa Bom Emprego para a unidade de Marialva (PR). O Fundopem está fundamentado pela Lei 11.916/2003 regulamentado pelo Decreto 42.360/2003 e 44.725/2006. A Companhia obteve acesso ao Fundopem, conforme termos de acordo e termos de ajustes (comprovações), tanto para a planta de biodiesel como esmagadora de soja. O total de incentivos aprovados foi de 9.305.169,69 UIFs (Unidade de Incentivo ao Fundopem), que representa em valores atuais R$ 188.336.634,53 (R$ 176.798.224,10 em 2013). Posteriormente, com o advento do Decreto 45.642/2008, foi introduzido o crédito fiscal ICMS nas saídas de biodiesel.

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receita com incentivo fiscal	44.263	13.399	44.263	37.963

26 Despesas por natureza:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Depreciação e amortização	19.010	9.288	19.092	15.781
Pessoal e encargos sociais	41.568	23.646	42.439	41.299
Matérias-primas/produtos adquiridos	1.561.401	889.841	1.682.984	1.323.959
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais		34.449		49.699
Fretes sobre vendas	32.400	21.704	40.351	39.137
Gastos com bens permanentes	5.428	2.999	5.446	6.604
Impostos e taxas	289	168	289	771
Outras	(17.408)	(26.979)	(22.526)	(27.150)
Total do custo de vendas, desp. adm., de distribuição e outras desp. operacionais	1.667.921	955.116	1.794.388	1.450.100

As despesas e custos estão agrupados conforme abaixo:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Custo dos produtos e serviços vendidos	1.602.751	902.376	1.724.070	1.362.640
Despesas com vendas	48.747	35.627	57.350	62.977
Gerais e administrativas	36.022	35.612	38.051	47.879
Outras receitas e despesas operacionais	(19.599)	(18.499)	(25.083)	(23.396)
	1.667.921	955.116	1.794.388	1.450.100

27 Receita e despesa financeira:

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Juros recebidos	5.000	3.873	4.729	3.555
Receita de aplicações financeiras	7.885	4.076	8.827	6.733
Variação cambial	32.349	36.664	33.224	37.555
Descontos obtidos	5.603	105	5.982	198
Ganho com derivativos	15.430	11.513	15.431	11.599
Outras receitas financeiras	3.933	1.362	3.957	1.460
Total receita financeira	70.200	57.593	72.150	62.138
Juros pagos	(1.595)	(3.177)	(3.415)	(6.618)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(54.877)	(35.775)	(58.156)	(41.827)
Variação cambial passiva	(41.963)	(60.092)	(41.927)	(60.988)
Variação monetária passiva	(3.702)	(3.396)	(3.702)	(3.396)
Perda com derivativos	(39.465)		(48.656)	
Outras despesas financeiras	(2.686)	(673)	(2.976)	(1.331)
Total despesas financeiras	(144.288)	(103.113)	(158.832)	(114.160)
Resultado financeiro, líquido	(74.088)	(45.520)	(86.682)	(52.022)

28 Cobertura de seguros (não auditado): A Companhia mantém apólices de seguros por valores considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que a Companhia seja civilmente responsabilizada por danos causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de suas atividades. As principais coberturas são: **Limites de indenização**

Descrição	2014
Planta de Biodiesel e unidade esmagadora	492.123
Responsabilidade civil em geral	30.000
	522.123

Para a empresa BSBios Agroindustrial, localizada na rodovia RS 153, km 01, tem limite máximo de indenização no valor de R$ 42.092. A filial de Marialva possui seguro cujo limite é de R$ 62.740. **29 Combinação de negócios:** Conforme descrito nas Notas 2 e 3, em 13 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da empresa Dallolivo Agrícola Ltda., com posterior alteração da razão social para BSAgro -BSBios Agrícola Ltda.. ("BSAgro"). Em 31 de dezembro de 2013, foi efetuada a incorporação dessa Unidade na Companhia, conforme descrito na Nota 3.

Valor pago pela BSAgro	78.893
Patrimônio líquido da BSAgro	(54.496)
	24.397
Alocações do valor justo	
Imobilizado	(21.728)
Tributos diferidos sobre as alocações	7.388
Ágio em 31 de dezembro de 2013	10.057
Impairment do ágio	(2.670)
Ágio em 31 de dezembro de 2014	7.387

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a administração procedeu com os testes para a verificação da necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) do ágio originado da respectiva combinação de negócios, conforme descrito na Nota 16, onde foi constada a necessidade de baixa do saldo no montante de R$ 2.670 em decorrência da baixa expectativa de geração de fluxos de caixa para a respectiva UGC. **30 Eventos subsequentes:** No mês de março de 2015, a Companhia iniciou o processo de reestruturação do seu passivo de curto prazo mantido junto a instituições financeiras. Como resultado das renegociações, passivo circulante foi objeto de redução do montante de R$ 340.500 mil pela reclassificação de determinados contratos de empréstimos para o longo prazo. O respectivo alongamento estabelece carência de 12 meses para o pagamento da dívida, que será efetuado em 48 parcelas mensais a contar do término da carência mencionada. Em março de 2015, este processo resultou na melhora dos índices financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2014, com o capital circulante líquido adequado para a atividade operacional na qual está inserida e sem a necessidade de novos recursos para capital de giro para satisfazer o plano de negócios aprovado pela diretoria executiva.

Diretoria

ERASMO CARLOS BATTISTELLA
Diretor Presidente
CPF: 812.788.960-15

MOACIR PETCH
Diretor Adm. Financeiro
CPF: 963.290.418-49

EZIO SLONGO
Diretor Industrial
CPF: 358.494.790-15

ILDO ANDREOLLI
Contador CRC-RS 53182/O-2
CPF: 412.501.920-72

Conselho de Administração

ALBERTO OLIVEIRA FONTES
Presidente - CPF: 442.379.954-53

ERASMO CARLOS BATTISTELLA
Conselheiro - CPF: 812.788.960-15

FRANCISCO SÉRGIO TURRA
Conselheiro - CPF: 005.190.810-72

JOÃO AUGUSTO ARAÚJO PAIVA
Conselheiro - CPF: 233.553.794-68

FERNANDO MAIA REBELO
Conselheiro - CPF: 836.118.780-49

ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA
Conselheiro - CPF: 510.308.377-91

Parecer do Conselho Fiscal relativo as Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2014

O Conselho Fiscal da BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A, situada à BR 285, KM 294 – s/nº em Passo Fundo, RS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Sociedade e opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para a aprovação pelos acionistas da Companhia.

Passo Fundo, 26 de Março de 2015.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Presidente do Conselho - CPF: 369.375.330-04

Carlos Eduardo de Campos Vieira
Membro Titular - CPF: 365.097.950-00

Aniger Lorena Ribeiro de Oliveira
Membro Titular - CPF: 650.006.680-49

continua

continuação

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

CNPJ: 07.322.382/0001-19 • NIRE: 43300047130

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Adriano Machado - Contador
CRC 1PR042584/O-7 "S" RS

1580679

BSBIOS Agroindustrial S.A.

Subsidiária de Bsbios Ind. e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A

CNPJ 13.200.103/0001-47 • NIRE 43300052869

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A BSBIOS Agroindustrial S/A, cumprindo com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sªs. as Demonstrações Contábeis, bem como as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Administração ao término deste exercício deseja registrar seus agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e aos órgãos governamentais envolvidos com nossas atividades e ao Conselho de Administração pela confiança nela depositada, colocando-se ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Passo Fundo – RS, 24 de abril de 2015. A DIRETORIA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2014	2013
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (nota 4)	4.814	24.752
Contas a receber de clientes (nota 5)	12.150	17.455
Estoques (nota 6)	8.311	57.834
Impostos a recuperar (nota 7)	15.404	518
Adiantamento a fornecedores (nota 8)	21.456	177
Instrumentos financ. e derivativos	7.548	0
Outras contas a receber	19	9
	69.702	100.745
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Impostos a recuperar (nota 7)	34.076	38.694
Partes relacionadas	48	0
	34.124	38.694
Imobilizado (nota 9)	324	275
Intangível (nota 10)	487	486
	34.935	39.455
Total do ativo	104.637	140.200

Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante		
Fornecedores (nota 12)	19.215	26.499
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	985	46.730
Obrigações trabalhistas	83	226
Impostos e contribuições a recolher	28	619
Adiantamentos de clientes	151	2
Juros s/capital próprio e dividendos a pagar	0	500
Outras obrigações	1.023	4.238
	21.485	78.814
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	20.000	0
Total do passivo	41.485	78.814
Patrimônio líquido (nota 15)		
Capital social	61.292	59.292
Reservas de lucros	594	2.094
Prejuízos acumulados	1.266	0
Total do patrimônio líquido	63.152	61.386
Total do passivo e patrimônio líquido	104.637	140.200

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2014	2013
Receita operacional líquida	270.649	409.907
Custo dos produtos e serviços vendidos (Nota 17)	-250.678	-383.356
Lucro bruto	19.971	26.551
Despesas operacionais		
Com vendas (Nota 17)	-8.603	-18.065
Gerais e administrativas (Nota 17)	-2.456	-2.778
Incentivos fiscais (Nota 22)	0	0
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	5.910	3.253
Lucro operacional	14.822	8.961
Despesas financeiras (Nota 18)	-14.922	-7.379
Receitas financeiras (Nota 18)	2.329	2.985
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-12.593	-4.394
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.229	4.567
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	-963	-2462
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.266	2.105
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações	0,25	0,42

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Fluxo de caixa proveniente das operações	2014	2013
Lucro líquido (prej.) do exercício	1.266	2.105
Ajustes para reconciliar o result. do exerc. com recursos provenientes de ativid. operac.		
Depreciação e amortização	82	71
Provisões	-	-
Juros e Variações monet. e cambiais líquidas dos ativos e passivos	3.839	4.446
Baixa de ativos imobilizado	-	-
Perda (ganho) c/ instrumentos financ. derivativos	-7.548	-
Dividendos propostos	-	-
	-2.361	6.622
Investimentos de curto prazo		
Variação das contas a receber	5.305	54.773
Variação dos estoques	49.523	-14.747
Adiantamento a fornecedores	-21.279	-
Variação de outros ativos	-10	1.660
Impostos a recuperar	-10.268	-33.446
Variação de fornecedores	-7.284	16.912
Variação de adiantamentos de clientes	149	-
Variação das obrigações trabalhistas	-143	-
Obrigações fiscais	-591	332
Partes relacionadas	-48	2.712
Variação de outros passivos	-3.215	-69.351
	12.139	-41.155
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	9.778	-34.533
Fluxo de caixa utilizado nas ativid. de invest.		
No realizável a longo prazo		
No mobilizado e intangível	-132	-228
Intangível	-	-
Outros investimentos	-	-
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimento	-132	-228
Fluxo de caixa proveniente das ativid. de financ.		
Captação de recursos para financ.	32.400	40.000
Dividendos pagos	-	-2.823
Pagamentos de emprést. e financ.	-61.984	-49.560
Aumento de capital	-	47.323
Recursos líquidos (aplicados nas) provenientes das ativid. de financ	-29.584	34.940
Aumento no caixa e equivalentes	-19.938	179
Disponibilidades no início do exercício	24.752	24.573
Disponibilidades no final do exercício	4.814	24.752

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de Lucros: Para Investimentos e capital de giro	Reserva de Lucros: Legal	Lucros (prej.) acumulados	Total Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012	5.000	6.969	489	-	12.458
Aumento de Capital	54.292	-6.969	-	-	47.323
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	2.105	2.105
Reserva Legal	-	-	105	-105	-
Dividendos propostos	-	-	-	-500	-500
Reserva de investimento e capital de giro	-	1500	-	-1500	-
Em 31 de dezembro de 2013	59.292	1.500	594	-	61.386
Aumento de capital	1.500	-1.500	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	1.266	1.266
Reserva legal	-		63	-63	-
Dividendos propostos	500	301	-	-301	500
Reserva de investimentos e capital de giro	-	902	-	-902	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	61.292	1.203	657	-	63.152

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, subsidiária integral da BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A, tendo iniciado suas atividades no final de 2011. Seu objeto social consiste em operações de agroindústria, produzindo produtos para consumo humano e animal. Atua na industrialização, comercialização, logística, importação, exportação de produtos agroindustriais, particularmente e cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados. Durante o exercício de 2013 e 2014 a companhia realizou operações de compra e venda de grãos e na industrialização através de contratação de esmagamento. ***2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade -*** As demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia não está apresentando a demonstração de resultado abrangente, em virtude de não haver valores relevantes a serem apresentados nesta demonstração. As demonstrações financeiras finais como um todo, base de relatórios de fechamento anual e que foram submetidas aos sócios no cumprimento do cronograma das informações gerenciais, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 25 de abril de 2014. ***b. Base de mensuração -*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Moeda funcional e moeda de apresentação -*** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***d. Uso de estimativas e julgamentos -*** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo: Processos Legais - A administração reconhece as provisões atribuídas para riscos de perdas em processos legais, cíveis, tributários e trabalhistas. Estas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada pelos escritórios de advogados. Vida útil de Ativos - Os imobilizados são depreciados durante a sua vida útil, levando em consideração a taxa de depreciação e amortização com base na vida útil econômica dos bens. Provisão para credito de liquidação duvidosa - É constituída com base em análise individual dos valores a receber e montante considerado pela administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização. Provisão para estoques a precificar - A Companhia efetua ajuste a valor de mercado sobre as quantidades de soja a fixar, passivo circulante, adequando o valor dos estoques ainda não realizados, ou CPV. Compras de soja com preço a fixar é uma prática do mercado, onde há a transferência de propriedade dos estoques, podendo, contudo o preço ser ajustado para refletir a variação de mercado. ***3. Principais políticas contábeis:*** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. ***a. Instrumentos financeiros não derivativos -*** *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis -** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de cliente e receita de venda e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores foram considerados imateriais, não gerando ajustes. **Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados. ***b. Imobilizado -*** *i. Reconhecimento e mensuração*: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulado. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. *ii. Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado nas taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Máquinas e equipamentos	10% ao ano, pelo método linear
Computadores e periféricos	45% ao ano, pelo método linear
Móveis e utensílios	13% ao ano, pelo método linear

c. Intangível - O ativo intangível é formado por softwares adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. ***d. Estoques -*** Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. ***e. Fornecedores -*** Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. ***f. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes -*** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,00%, acrescidas do adicional de 10,00% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil anuais para imposto de renda e 9,00% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30,00% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de rendacorrentes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **g. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. ***h. Receitas -*** As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando a Companhia transfere os riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que a Companhia receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2014	2013
Caixa	3	21
Bancos	65	409
Aplicação financeira	4.746	24.322
	4.814	24.752

5. Contas a receber:

	2014	2013
Clientes nacionais	12.150	17.455

6. Estoques:

	2014	2013
Matérias-primas	5.294	50.168
Produtos acabados	3.011	7.653
Outros	6	13
	8.311	57.834

7. Impostos a recuperar:

	2014	2013
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	248	17
PIS/COFINS	5.414	-
ICMS	4.932	-
Retenções CSRF	17	6
Saldo negativo de IRPJ	4.147	207
Saldo negativo de CSLL	646	288
Total circulante	15.404	518
PIS/COFINS	21.362	20.980
ICMS	12.714	17.714
Total não circulante	34.076	38.694

PIS e COFINS a recuperar - Os créditos de PIS e COFINS são presumidos, oriundos de compras no mercado interno para fins produção de produtos destinados ao consumo humano e animal, de acordo com a Lei nº 10.925/2004 e IN SRF 660/2006. A partir de novembro de 2013, com a entrada em vigor da Lei nº12.865, os créditos presumidos passaram a ser tomados sobre as saídas. IRPJ e CSLL a recuperar - O IRPJ e CSLL tem origem no critério adotado de apuração dos mesmos, anual com recolhimentos mensais com base em balancetes de suspensão ou redução.

8. Adiantamento a fornecedores:

	2014	2013
Adiantamento a fornecedores de soja	10.451	172
Outros Adiantamento	11.005	5
	21.456	177

9. Imobilizado:

	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipam.	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2012				
Custo	24	57	-	81
Depreciação acumulada	-1	-7	-	-8
Saldo contábil, líquido	23	50	0	73
Em 31/12/2012				
Saldo inicial	23	50	-	73
Aquisições	177	9	42	228
Alienações (Nota 37)				0
Transferências				0
Depreciação (Nota 30)	-17	-9	-	-26
Valores realização incentivo Fundopem	-	-	-	0
Saldo contábil, líquido	183	50	42	275
Em 31/12/2013				
Custo	200	59	42	301
Depreciação acumulada	-17	-9	-	-26
	183	50	42	275
Em 31/12/2013				
Saldo inicial	183	50	42	275
Aquisições	127	-	5	132
Alienações (Nota 37)	-	-	-	0
Transferências	-	-	-47	-47
Depreciação (Nota 30)	-28	-8	-	-36
Valores realização incentivo Fundopem	-	-	-	0
Saldo contábil, líquido	282	42	0	324
Em 31/12/2014				
Custo	310	50	0	360
Depreciação acumulada	-28	-8	0	-36
	282	42	0	324

10. Intangível:

	Programa de computador	Total
Exercício findo em 31/12/2012		
Saldo inicial	530	530
Aquisições	-	0
Incorporação de Controlada	-	0
Amortização	-44	-44
Saldo contábil, líquido	486	486
Em 31/12/2013		
Custo	683	683
Amortização acumulada	-197	-197
Saldo contábil, líquido	486	486
Exercício findo em 31/12/2014		
Saldo inicial	486	486
Aquisições	47	47
Incorporação de Controlada		0
Amortização	-47	-47
Saldo contábil, líquido	486	486
Em 31/12/2014		
Custo	533	533
Amortização acumulada	-47	-47
Saldo contábil, líquido	486	486

11. Empréstimos e financiamentos:

Descrição	2014	2013
Capital de giro	20.985	46.730
	20.985	46.730
Passivo circulante	985	46.730
Não circulante	20.000	-

Quanto aos empréstimos de capital de giro Itaú as garantias são do tipo quirografárioe referente MCR Banrisul as garantias estão atreladas aos estoques. Os saldos das obrigações não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

Vencimento no longo prazo	2014	2013
2017	20.000	-
	20.000	-

12. Fornecedores: O saldo de fornecedores é composto por obrigações a pagar pela aquisição de matéria-prima e outros serviços, no curso ordinário dos negócios sendo inicialmente reconhecidos pela fatura correspondente. Saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 19.215 (R$ 26.499 mil em 2013).

	2014	2013
Fornecedores nacionais	19.215	26.499
	19.215	26.499

13. Outras Obrigações:

	2014	2013
Provisão reajuste de compras	649	3.440
Outras provisões	374	798
	1.023	4.238

14 Partes Relacionadas: A empresa mantém um mútuo com sua controladora no valor de R$ 69.351 mil para suprir sua necessidade de capital de giro. a) Partes relacionadas

	2014	2013
Em 1º de janeiro	-	69.351
Empréstimo efetuado durante o exercício	32.429	3.874
Capitalização	-	-45.000
Amortização de empréstimos	-32.429	-27.860
Juros apropriados	307	1.044
Juros pagos	-307	-1.409
Em 31 de dezembro	-	-

Em 30 de abril de 2013 a Companhia converteu o saldo de mútuo mantido com a Controladora no valor de R$ 45.000em Capital Social, de acordo com a aprovação dos Órgãos da ADM, mantendo inalterada a quantidade de ações. ***15. Patrimônio líquido:*** a. Capital e reservas de capital - O Capital Social da Companhia é de R$ 61.292 (R$ 59.292 em 2013), correspondente a 5.000 ações. No exercício de 2014 foram capitalizadas reservas de lucros no valor de R$ 1.500, dividendos propostos no valor de R$ 500. b. Reservas de Lucro - Do lucro líquido do exercício foram destinados R$ 965 (R$ 1.605 em 2013), sendo R$ 63 Reserva Legal e (R$ 105 em 2013), R$ 902 (R$ 1.500 em 2013) Reserva para Investimento e Capital de Giro. c. Dividendos - Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Para o exercício de 2014 foi destinado R$ 301 (500 em 2013, tendo sido capitalizados em 2014).

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.266	2.105
Prejuízo acumulado a compensar		
Reserva legal	-63	-105
Lucro líquido ajustado	1.203	2.000
Dividendo mínimo obrigatório proposto	301	500

16. Receita operacional líquida:

	2014	2013
Venda de produtos	297.094	416.529
Deduções de vendas	-26.445	-6.622
	270.649	409.907

17. Custos e despesas por natureza:

	2014	2013
Depreciação e amortização	82	71
Pessoal e encargos sociais	871	1.250
Matérias-Primas / Produtos adquiridos	250.942	382.167
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	3.932	20.460
Outras	-	-3.002
Total do custo de vendas, despesas administ., de distribuição e outras despesas operacionais	255.827	400.946

As despesas e custos estão agrupados conforme abaixo:

	2014	2013
Custo dos produtos e serviços vendidos	250.678	383.356
Despesas com Vendas	8.603	18.065
Gerais e administrativas	2.456	2.778
Outras receitas e desp. operacionais	-5.910	-3.253
	255.827	400.946

18. Resultado financeiro:

Receita financeira	2014	2013
Juros recebidos	108	1.551
Receita de aplicação financeira	943	956
Desconto Obtidos	379	0
Variação cambial	875	380
Variação Monetária Ativa	24	98
Total receita financeira	2.329	2.985
Despesa financeira	**2014**	**2013**
IOF	235	622
Juros pagos	1.820	3.183
Descontos concedidos	2	95
Despesas bancárias	53	82
Juros s/empréstimos e financiamentos	3.657	2.880
Perda com derivativos	9.191	-
Variação cambial passiva	-36	517
Total despesas financeiras	14.922	7.379
Resultado financeiro líq. reconhecido no result.	-12.593	-4.394

19. Imposto de renda e contribuição social:

2014	IRPJ	CSLL	Total
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	2.229	2.229	-
Adições	3.493	3.493	-
Exclusões	-2.818	-2.818	-
Base de cálculo do IR e da CSLL	2.904	2.904	-
Alíquota de 15% IRPJ e 9% CSLL	436	261	-
Adicional de IR de 10% sobre parcela excedente a R$ 240	266	-	-
Despesa com IR e contribuição social	702	261	963

2013	IRPJ	CSLL	Total
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	4.446	4.446	-
Adições	2.865	2.865	-
Exclusões	-	-	-
Base de cálculo do IR e da CSLL	7.311	7.311	-
Alíquota de 15% IRPJ e 9% CSLL	1.097	658	-
Adicional de IR de 10% sobre parcela excedente a R$ 240	707	-	-
Despesa com IR e contribuição social	1.804	658	2.462

Diretoria

ERASMO CARLOS BATTISTELLA
Diretor Presidente
CPF: 812.788.960-15

MOACIR PETCH
Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 963.290.418-49

ILDO ANDREOLLI
Contador
CRC-RS 53182/O-2
CPF: 412.501.920-72

1580678